



O NIHONJINRON E O MITO DO EXCEPCIONALISMO JAPONÊS (1950-1980)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3810

Ricardo Sorgon Pires, IFPS – Campus São José dos Campos

Resumo

Considerado ainda no senso comum como um país homogêneo e singular, a pesquisa acadêmica sobre o Japão, por muitas décadas, também se valeu de conceitos como “excepcionalismo” para descrever a trajetória histórica japonesa desde a Restauração Meiji (1867) até a sua ascensão como superpotência econômica a partir dos anos 1960. Grande parte dos estudos que olharam o Japão a partir de uma ótica “excepcionalista” surgiram, tanto no Japão quanto em outros países, no período do pós-guerra e foram denominados como *nihonjinron*, algo como “teoria sobre o japonês”. O objetivo deste texto é analisar as características, o contexto de surgimento e os desdobramentos políticos e epistemológicos do *nihonjinron*, conceito que abarcava uma grande diversidade de teses que tinham em comum o fato de considerar os japoneses como um povo que possuía uma história e cultura completamente singular, sendo essa a razão para o seu grande desenvolvimento. Além de se mostrar falha em diversos argumentos, a literatura *nihonjinron* mostrou-se tendenciosa (laudatória do desenvolvimento japonês), preconceituosa, a-histórica e mesmo racista, chegando a apresentar os japoneses como únicos até mesmo em termos genéticos e biológicos e contribuiu decisivamente para a criação do mito da homogeneidade japonesa, invisibilizando, por exemplo, os grupos étnicos minoritários desse país. Pretende-se demonstrar como, precisamente por interessar a certos grupos dominantes do Japão, as teorias do *nihonjinron* tiveram uma longa vitalidade, sendo questionadas apenas no início dos anos 1990, mas resistindo, em parte, até os dias atuais inclusive em países como o Brasil.

Palavras Chave:

Nihonjinron;
historiografia; história do
Japão.

Introdução

A proposta deste texto é discutir algumas questões relacionadas à emergência, em meados do século XX, de um campo de pesquisa conhecido como “estudos japoneses” (*Japanese studies*) a partir de alguns exemplos na bibliografia internacional, sobretudo em língua inglesa. Refletir sobre as especificidades, limitações e dificuldades encontradas nos trabalhos desse campo é de grande importância uma vez que esses trabalhos tiveram, e ainda tem, grande repercussão no meio acadêmico brasileiro dedicado à imigração japonesa e, mais raramente, a temas da história do Japão.

Como observa Renato Ortiz (2000), o Japão sempre foi visto em maior ou menor grau pelos estrangeiros (europeus e americanos) como um país exótico, misterioso e enigmático, e não apenas pelo senso comum, como também por pesquisadores e acadêmicos. O clássico estudo de Edward Said [1978] (2007) demonstra como o processo de construção de uma determinada imagem do “Ocidente”, que servisse para legitimar a dominação colonial das autodenominadas “potências”, teve de ser realizado por meio da invenção de sua alteridade, ou seja, de uma ideia de “Oriente” caracterizado pela negação, pela ausência e por tudo aquilo que os ocidentais não queriam para si. Entretanto, o caso do Japão apresentou historicamente um diferencial nessa aparente dicotomia em razão do seu desenvolvimento econômico e de sua “ocidentalização” iniciados no fim do século XIX.

Já é de amplo conhecimento o fato de que a história e as ciências sociais enquanto disciplinas acadêmicas institucionalizaram-se no século XIX, período marcado pelo imperialismo, pelo racismo científico e pela formação de pressupostos epistemológicos altamente eurocêntricos que consideravam os europeus (ocidentais) como

representantes da civilização mais adiantada do planeta e que sua história peculiar, bem como o “caráter” de sua cultura, raça e mesmo religião, entendidas de maneira teleológica, os fizeram caminhar rumo ao progresso de modo que, ao fim, caberia a eles levarem a “civilização” aos outros povos (o chamado “fardo do homem branco” de Rudyard Kipling). Evidentemente, esse objetivo sempre foi usado como pretexto para a dominação, a exploração econômica e a violência cultural, simbólica e epistemológica contra povos conquistados.

Com relação ao Japão, essa situação se complexifica por este ter sido o único país fora da tradição europeia que teve relativo êxito na construção de um Estado-nação moderno, imperialista e de economia industrial capitalista até o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse sucesso provocou diversas reações nos meios acadêmicos no sentido de se tentar explicar e compreender o que rapidamente foi tachado de “excepcionalismo japonês” (*Japanese exceptionalism*), conceito profundamente eurocêntrico por pressupor que a “norma” para os países não ocidentais é ser colonizado, o que leva a enxergar o imperialismo como fatalidade, destino e não como o resultado de processos históricos localizados temporal e espacialmente e levados a cabo pela ação humana.

Essa perspectiva eurocêntrica que via o Japão como uma exceção à regra não foi abalada com o fim da Segunda Guerra, tendo sido, inclusive, renovada devido à rápida recuperação econômica japonesa desde meados da década de 1950. A maioria das pesquisas que buscavam explicar as razões da “aberração nipônica” partia da hipótese de que havia particularidades na história e na cultura desse país que o diferenciava do restante do “Oriente”. Nesse sentido, Renato Ortiz comenta,

Assim, não é surpreendente ler numa passagem sobre a vida dos

samurais durante os séculos XVI e XVII afirmações do tipo: o êxito das tecnologias industriais modernas [do Japão] decorre dos mesmos princípios que os antigos samurais aplicavam às suas técnicas guerreiras. Interpretação ingênua que descobre na prática do zen e das lutas marciais o fundamento do capitalismo japonês. O passado torna-se então a chave explicativa de um tesouro diligentemente descoberto pela perspicácia do autor. O desenvolvimento econômico [japonês], longe de afastar o grau de mistério, parece tê-lo reforçado. Diante da modernização acelerada do país, floresceram as explicações que buscam a revelação de um Japão “invisível”, “profundo” (ORTIZ, 2000, p. 21-22).

A maioria das explicações “profundas” para o “enigma japonês” era baseada no pressuposto de que o Japão possuía particularidades históricas e sociais únicas no mundo, ou então, contrariamente, que ele apresentava muitas similaridades históricas e sociais com a Europa. Em ambos os casos vigorava a ideia de “excepcionalismo”, e apesar de tais vertentes interpretativas serem visivelmente problemáticas, a primeira delas ainda persiste, por vezes, dentro e fora da academia.

A segunda perspectiva é descaradamente eurocêntrica por presumir que apenas a Europa teria condições de “inventar” a verdadeira modernidade e o capitalismo, de modo que se outros locais do mundo se desenvolveram, a única explicação aceitável seria a de que houve uma “cópia” das instituições, valores e sistemas econômicos europeus. Essa perspectiva foi muitas vezes utilizada na interpretação do Japão do Período Meiji (1867-1912), especialmente por historiadores ligados às teorias “modernizantes” ou marxistas nas

décadas de 1950 e 1960. Ao comentar sobre os problemas de tais visões eurocêntricas e das tentações da falácia *post hoc ergo propter hoc* na historiografia, Hobsbawm afirma:

Quando o Japão era a única sociedade industrial não ocidental, os historiadores vasculharam a história japonesa em busca de similaridades com a Europa – na estrutura do feudalismo japonês, por exemplo, - que pudessem explicar a singularidade do desenvolvimento do Japão. Agora que existe uma multiplicidade de outras economias industriais não ocidentais bem-sucedidas, a inadequação dessas explicações salta aos olhos. (HOBSBAWM, 1998, p. 241).

Esse modelo de interpretação eurocêntrico, apesar de ainda existir, entrou em forte decadência após a década de 1970, especialmente devido à ascensão dos estudos denominados como “pós-coloniais” e pelo crescente desprestígio da teoria da “modernização” e da interpretação marxista dita “vulgar”.

A outra vertente interpretativa, que pressupõe a existência de particularidades excepcionais na história, cultura e sociedade japonesa, merece maior destaque por sua maior longevidade, impacto e por ter sido a base para o surgimento do que ficou conhecido como *nihonjinron*¹, o qual ainda influencia diversas visões e interpretações sobre o Japão. Renato Ortiz faz uma boa síntese do que seria esse termo: “Trata-se de um conjunto de textos, romances, poesias, análises sociológicas, escritos de marketing cujo intuito é discutir a japonidade. A preocupação central desse tipo de trabalho gira em torno da questão nacional e da identidade nipônica” (ORTIZ, 2000, p.25).

1 Termo que pode ser traduzido como “teorias sobre os japoneses” (日本人論).

O nihonjinron e seus desdobramentos na historiografia sobre o Japão

É complicado, para não dizer inviável, traçar as origens de quando se iniciou no Japão reflexões sobre uma ideia de “japonidade” pensada no sentido de uma tentativa de delimitação dos traços culturais, históricos, religiosos, éticos e sociais unicamente japoneses. Ainda assim, é certo que nos séculos XVII e XVIII houve um grande esforço por parte de pensadores e eruditos japoneses em promover uma revalorização das obras e textos “clássicos” religiosos, artísticos e literários japoneses como forma de desvalorizar e diminuir a influência chinesa expressa nos ensinamentos confucionistas. Esse grupo de pensadores japoneses e seus textos ficaram conhecidos como *kokugaku*² (ORTIZ, 2000, p. 25-29).

No final do século XIX, momento em que o Japão Meiji passa por um intenso processo de modernização e ocidentalização, os pressupostos básicos do *kokugaku* já não eram suficientes, uma vez que a defesa de uma “autêntica” e “pura” tradição japonesa não era mais possível face a forte e cada vez mais ameaçadora presença europeia. Nesse momento, há uma grande mudança na concepção de cultura e de povo nipônico (levados a cabo pela elite japonesa), ganhando espaço teorias que defendiam que o japonês teria a capacidade de manter uma essência imutável, “oriental”, tipicamente nipônica em sua alma, ao mesmo tempo em que o corpo, ou seja, sua aparência externa, se ocidentalizava por meio de técnicas modernas tidas como necessárias ao progresso. (ORTIZ, 2000,

p. 28-29).

Ao contrário do que supõe o senso comum presente ainda hoje, até a Segunda Guerra Mundial a “raça” e a “cultura” japonesa eram muitas vezes descritas como miscigenadas³, fruto das mais diversas tradições asiáticas, como a chinesa, a mongol, a polinésia e especialmente a coreana, já que desde 1910 esse país havia sido incorporado ao Império do Japão (HOTTA, 2007). Para a efetivação das ambições coloniais do império do Japão seria mais viável uma ideia de “cultura japonesa” como algo que pudesse ser assimilado pelos povos subjugados ou recém incorporados, como era o caso de Okinawa (ODA, 2011, p. 105-106; MURPHY-SHIGEMATSU, 1993, p.66). É nesse contexto que surge a retórica do “pan-asianismo”, uma suposta união asiática, liderada pelo país do sol nascente, anti-imperialista e antiocidental com o objetivo real de camuflar as políticas e intervenções evidentemente colonialistas do Japão no Sudeste asiático e Pacífico.

Os fundamentos do *nihonjinron* remontam aos anos finais da Segunda guerra quando, devido ao frenesi nacionalista, o desmoronamento da “Esfera de co-prosperidade do Leste asiático” (resultado do desfecho da Guerra do Pacífico) e do ideal pan-asianista que a embasava, ganharam força as teorias que defendiam a homogeneidade e a superioridade da raça/cultura japonesa perante as demais asiáticas (HOTTA, 2007, p.103). Todavia, o *nihonjinron* se consolida (em termos de publicações, pesquisas, textos e produções culturais) apenas no pós-guerra já que ele esteve umbilicalmente ligado à ascensão do moderno capitalismo e da cultura de

2 Em tradução livre seria algo como “aprendizagem nacional” ou “ensinamentos vernáculos” (国学).

3 Essa ideia de miscigenação foi utilizada não somente para fins de construção de um projeto colonial, mas também na política imigratória

japonesa. No contexto da imigração para o Brasil, muitos pesquisadores japoneses, e depois brasileiros, defendiam que o japonês, assim como o brasileiro, era fruto da miscigenação de três raças: a branca (*ainu*), a amarela (mongólica) e a negra (melanésia). Desse modo, esperava-se contornar as críticas que afirmavam que o japonês seria inassimilável no Brasil.

massa no Japão.

A guinada em direção ao *nihonjinron* também foi fomentada pelo esforço de se esquecer das consequências do brutal período imperialista (especialmente as atrocidades cometidas na China durante a chamada Guerra dos quinze anos (1931-1945)) e da teoria pan-asiatista que a justificou, substituindo-a por uma perspectiva mais aceitável, pautada na ideia da singularidade japonesa. Ainda assim, o pan-asianismo jamais desapareceu dos discursos e de parte do imaginário japonês, estando presente até hoje ligado ao complexo, contraditório e conflituoso posicionamento econômico, político e diplomático do Japão no Sudeste asiático (SAALER, Sven; KOSCHMANN, Victor (Ed), 2007).

Um trabalho que foi extremamente influente e pioneiro nessa nova área que ficaria conhecida como *nihonjinron* foi o clássico de Ruth Benedict, *O crisântemo e a espada* (1946), que utiliza noção de “padrões de cultura” (*patterns of culture*), a ideia de que seria possível identificar um “caráter nacional” a partir da análise e observação sistemática dos traços culturais e psicológicos de um povo.

Benedict escreveu essa densa obra (encomendada pelo governo dos EUA como um “manual” para compreender os japoneses no contexto da ocupação) descrevendo as estruturas que condicionam a cultura e o pensamento japonês baseada apenas em fontes escritas (nunca havia pisado no Japão). Apesar dos méritos da obra (não havia nenhum estudo semelhante publicado) por sua excessiva generalização, por descrever as estruturas e os padrões culturais como instâncias quase que congeladas e atemporais e por minimizar as

diversidades internas e as inevitáveis transformações decorrentes do contato com outros povos, ela tornou-se um marco da literatura *nihonjinron*.

A partir da década de 1950, estudos como esse se tornaram *best-sellers* no Japão onde foram vendidos e lidos por um grande e variado número de pessoas, sobretudo por empresários. (ORTIZ, 2000, p. 30). *O crisântemo e a espada*, por exemplo, vendeu mais de 1.4 milhões de exemplares (LIE, 2001, p. 249). O consumo e ampla circulação dessas obras foram fundamentais para o cumprimento de um dos principais objetivos do *nihonjinron*: legitimar a ordem social vigente e o modelo do capitalismo japonês que se fundamentava na ideia de que a empresa era quase que uma extensão da família. A ânsia em buscar teleologicamente no passado e na cultura as raízes da “excepcionalidade” e do “sucesso” do capitalismo japonês chegou ao ponto de o livro clássico do *samurai* Miyamoto Musashi (século XVII) ter sido reeditado em 1982, nos EUA, com o subtítulo “A verdadeira arte do gerenciamento japonês”⁴ (GOODMAN, 2005, p. 64). Quanto a essas questões, Kenichi Mishima afirma:

While desperate self-assertion predominated up to the end of the War, supreme self-confidence, bordering almost on arrogance, can be felt in today’s matadors of the discourses about Japan. Economic success undoubtedly plays a decisive role in this respect. While previously a romantic-subversive withdrawal into aesthetic inwardness, into the ancient beautiful Japan was frequently evident – which was turned into aggression again in the last years of the War – the traditional refined arts are used by our current cultural

4 Em alguns casos extremos, houve trabalhos nos moldes do *nihonjinron* que chegaram a propor que o japonês formava praticamente uma espécie humana distinta com funcionamento mental, tamanho de cérebro, período de gestação,

temperatura corporal e extensão do intestino diferentes dos outros humanos. Tais assertivas relembram de forma assustadora os discursos eugênicos e os trabalhos de frenologia em voga na Europa de fins do século XIX (MURPHY-SHIGEMATSU, 1993, p.70).

apologists as the historical background for the precision engineering of our optical and electrical equipment (MISHIMA, 2000, p. 76⁵).

O contexto histórico é fundamental para a compreensão do aparecimento, apogeu e posterior declínio das teorias do *nihonjinron*. Seu início remonta ao momento mais dramático da história japonesa devido ao desastre da Segunda Guerra Mundial e a subsequente ocupação norte americana que dizimaram o que se considerava como a identidade, a moral e os valores japoneses, criando uma profunda crise social. Desse modo, uma nova identidade precisava ser urgentemente (re)construída, a qual foi moldando-se à completamente distinta conjuntura do pós guerra marcada por relações muito próximas com os EUA, pela reconstrução do país, pela desmilitarização e imposição de uma democracia parlamentar, pelo estabelecimento de uma sociedade de consumo, e pelo rápido crescimento econômico. De 1950 até 1980, o chamado “milagre japonês” foi tão espantoso a ponto de muitos analistas acreditarem que ali se desenvolvia um novo tipo de capitalismo em uma versão mais eficiente e justa, pois seria pautado em um igualitarismo coletivista “tipicamente nipônico” e não no conflito de classe.

Não é possível detalhar sequer as principais obras dessa literatura, contudo, vale destacar que os textos do *nihonjinron* trabalham a partir de uma concepção essencialista de cultura, tida como homogênea, imutável, impermeável e determinista. É muito comum a utilização de forma mecanicista de conceitos binários propondo dicotomias grosseiras

entre valores e concepções “japonesas” e aqueles tidos como “ocidentais”, como bem sintetiza Roger Goodman com a seguinte tabela:

Valores “ocidentais”	Valores “japoneses”
Heterogeneidade racial	Homogeneidade racial
Conflito competitivo	Harmonia
Individualismo	Grupismo
Igualitarismo / vínculos horizontais	Vertical/vínculos hierárquicos
Ética universalista	Ética particular
Senso de direito	Senso de dever (<i>gimu</i>)
Lógico/racional	Ambivalente/emocional
Independente	Dependente (<i>amae</i>)
Contractualismo	Kintractualismo (<i>enryaku</i>)

Principais díades de valores “ocidentais” versus “orientais” elaboradas pela literatura *nihonjinron*. (Adaptado de GOODMAN, 2005, p. 65).

Considerações finais – o declínio do *nihonjinron*

A partir de meados dos anos 1980 quando a economia japonesa entrou em uma longa e prolongada estagnação, inflando a bolha financeira que estourou no início dos anos 1990, as perspectivas do *nihonjinron* que serviam precisamente para justificar e legitimar o sucesso do modelo capitalista japonês perderam forças.

O cenário econômico desfavorável coincidiu com grandes transformações epistemológicas no campo das ciências humanas com o relativo esgotamento das perspectivas

5 “Enquanto uma desesperada autoafirmação predominou até o fim da Segunda Guerra, uma suprema autoconfiança beirando a arrogância pode ser sentida nos toureiros de hoje em dia dos discursos sobre o Japão. O sucesso econômico sem dúvida tem um papel decisivo nesse aspecto. Enquanto que no período anterior era frequentemente evidente um recuo romântico-

subversivo na essência estética, no antigo e belo Japão - os quais se transformaram novamente em agressão nos últimos anos da Guerra - as artes tradicionais e refinadas são usadas atualmente pelos nossos apologistas culturais como antecedentes históricos da engenharia precisa dos nossos equipamentos eletrônicos e ópticos”. (Tradução livre do autor).

acadêmicas centradas em grandes modelos, estruturas e generalizações, no que ficou conhecido como “quebra dos paradigmas”, ao passo que ganhava fôlego concepções que valorizavam o papel do indivíduo, da narrativa, das pequenas comunidades, grupos marginalizados e movimentos sociais, dentre outros (BURKE, 2012; ROJAS; 2012).

Em meados dos anos 1980, o *nihonjinron* recebeu pesadas críticas, dentre elas as que questionavam os pressupostos de que a sociedade japonesa era homogênea e monolítica e de que todos os japoneses e todas as instituições partilhavam os mesmos valores independentemente das circunstâncias (GOODMAN, 2005). O *nihonjinron* era criticado por seus princípios essencialistas e a-históricos e por sugerir continuidades que permaneceriam inabaláveis por

séculos. Igualmente, passou-se a questionar a suposta harmonia social japonesa, enfatizando os conflitos submersos em águas apenas aparentemente calmas.

De todos os fatores, o que mais abalou a credibilidade do *nihonjinron*, segundo Roger Goodman, foi que os novos estudos apontavam de modo inegável que o Japão possuía uma grande diversidade e complexidade em termos de gênero, ocupação, classe social, renda, região e identidade étnica.

Considerando que a questão da homogeneidade racial era um fator importante, para não dizer central, no *nihonjinron*, o reconhecimento da diversidade étnica japonesa, com estudos sobre grupos minoritários até então “invisíveis” como os okinawanos⁶, os *ainu*⁷, os *burakumin*⁸, os coreanos⁹

⁶ Atualmente, os okinawanos são os habitantes da Província de Okinawa, um pequeno arquipélago localizado no extremo sul do Japão, próximo a Taiwan. Por quase quatrocentos anos Okinawa foi um reino independente chamado Ryūkyū. Os ryukyuanos possuíam línguas, práticas religiosas e culturais e até traços físicos diferente dos japoneses das ilhas principais. Após a Restauração Meiji o governo japonês acaba invadindo e, em seguida, anexando o então frágil Reino de Ryūkyū criando em seu lugar a Província de Okinawa (1879). Apesar de serem oficialmente japoneses okinawanos eram considerados cidadãos de segunda classe. Havia uma forte perseguição às suas particularidades étnicas e culturais e Okinawa foi praticamente reduzida a uma colônia japonesa. Após a Segunda Guerra Okinawa ficou sob administração americana até 1972, quando volta à soberania japonesa. Apesar de a discriminação ter diminuído nas últimas décadas, Okinawa continua sendo a província mais pobre do país é obrigada suportar quase todo o peso da presença militar americana no Japão. Com relação a esses temas, ver: HOOK, D. Glenn; SIDDLE, Richard (2003) e Tanji (2006).

⁷ Os *ainu* (アイヌ) são um povo nativo do território japonês de origem ainda discutida. Habitavam principalmente a região setentrional do Japão. A partir do século XV foram lentamente expulsos em direção ao extremo norte do arquipélago pela população da região de Yamato, a qual viria a ser considerada como o local de “origem” dos japoneses. No século XIX,

os *ainu* concentravam-se, sobretudo, em Hokkaido. Apesar de terem alguns direitos garantidos por lei, os descendentes dos *ainu* ainda sofrem preconceito na sociedade japonesa e sua cultura corre sério risco de desaparecer. A esse respeito, ver: (SIDDLE, 2009) e também, e (DENOON; HUDSON; McCOMARC, (Orgs.), 2001).

⁸ O termo *burakumin* (部落民), literalmente “pessoas da aldeia”, referia-se a diversos grupos, considerados párias sociais existentes, ao menos, desde o século XIV. No Período Edo, os *burakumin*, também chamados de *eta* (穢多), “imundos”, foram oficialmente excluídos da sociedade e eram obrigados a viver em guetos nas vilas e cidades. Os *burakumin* eram estigmatizados por realizar tarefas consideradas impuras e vis como o abate de animais, curtimento de couro, trabalho com defuntos, limpeza urbana (as crenças do *shintō* consideravam sangue, fluidos corporais, cadáveres, etc., como altamente repulsivos e contaminantes). Apesar de a emancipação legal desse grupo ter ocorrido em 1871, a discriminação contra os *burakumin* ocorre até os dias de hoje (ainda que não exista qualquer diferença na aparência), uma vez que muitos podem ser identificados por meio de complexas análises genealógicas feitas a partir de seus sobrenomes e local de origem. Quanto a essa questão, ver: (PENNY, 2007, p. 5-7) e NARY (2009).

⁹ Acerca da complicada situação dos residentes coreanos no Japão, ver: (MURPHY-

residentes no país, foram decisivos para a derrocada do *nihonjinron*.

De todo modo, foi necessário esperar a década de 1990 para que esses novos estudos preocupados em rever o mito da homogeneidade nipônica, ganhassem força com a formação de uma rede internacional de pesquisadores interessados em examinar as diversidades regionais, culturais e religiosas do Japão, e também o status de suas minorias étnicas. Como exemplo de tais obras têm-se os trabalhos de Stephen Murphy-Shigematsu (1993), Donald Denoon; Mark Hudson, Gavan McCormack (1996), Michael Weiner (1994), Miyume Tanji (2006), Glenn Hook e Richard Siddle (2003) e outros.

Apesar da pesada contestação ao *nihonjinron* pelos os principais representantes dos “estudos japoneses”, ele ainda resiste em determinados espaços (na retórica política, na mídia) menos por seu valor epistemológico e sim pelos pressupostos políticos e ideológicos que lhe são inerentes (Pence, 2007). Em um país como o Japão onde a xenofobia e o nacionalismo continuam fortes e ganhando cada vez mais espaço em decorrência da perda de prestígio do país no cenário internacional nas últimas décadas e da crescente ameaça econômica e militar representada pela China e pela Coreia do Norte (essa última apenas em termos militares), alguns pressupostos do *nihonjinron* (homogeneidade cultural e étnica, exaltação dos valores e da história japonesa, dentre outros) continuam atrativos para grande parte da população que vê com apreensão o presente cenário político e econômico.

Enquanto isso, no Brasil, os pressupostos do *nihonjinron* permanecem fortes, particularmente nas análises sobre a presença japonesa no Brasil por dois motivos principais, em primeiro lugar, pelo desconhecimento sobre as novas

pesquisas que vem questionando o *nihonjinron* desde a década de 1990, uma vez que não há traduções de tais trabalhos para o português pela falta de interesse editorial e pela fraqueza da área de “estudos japoneses” no Brasil. Desse modo, a quase totalidade das obras sobre o Japão e a cultura japonesa disponíveis no Brasil datam da década de 1980 ou mesmo antes, quando o *nihonjinron* estava em seu auge.

Em segundo lugar, é notável que grande parte dos trabalhos sobre a imigração japonesa no Brasil apresentam, historicamente, um caráter laudatório dessa imigração caracterizando seus protagonistas como membros de uma “minorias modelo”, uma coletividade homogênea, congelada no tempo-espaço e com traços culturais positivos (trabalho duro, dedicação aos estudos, cooperativismo) e imutáveis.

Essa conjunção de perspectivas teóricas como o *nihonjinron* e as características específicas dos estudos sobre a imigração japonesa no Brasil (muitas vezes escrita por ativistas da comunidade nipônica ou por pessoas interessadas em valorizar essa imigração) resultaram que muitos temas que pudessem abalar a narrativa épica e mítica da imigração japonesa, como o período da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, questões de gênero e sexualidade, de grupos minoritários como os okinawanos, dentre outros, fossem descartados ou minimizados os quais apenas muito recentemente vem sendo estudados.

Ao Finalizar esse texto, é importante ressaltar o quando conceitos que, aparentemente, se mostram distantes da realidade acadêmica e social brasileira, como é o caso do *nihonjinron*, possuem, de fato, um considerável impacto por moldar a forma como grande parte da população enxerga tanto o Japão, como os

SHIGEMATSU, 1993); e WEINER, Michael; CHAPMAN, David (2009).

descendentes de japoneses em terras brasileiras.

Ter ciência dos significados, da historicidade de conceitos como o *nihonjinron*, bem como de seus desdobramentos políticos e ideológicos (ou seja, pensar a quem ele interessa), é fundamental para a construção de perspectivas mais plurais e complexas sobre o Japão e os descendentes desse país no Brasil e, conseqüentemente, para o questionamento de determinadas narrativas idealizadas (e “idealizantes”) de “Japão” e “japoneses” que, em detrimento de muitas outras, acabam por varrer para debaixo do tapete tudo aquilo que não se enquadra em seus restritos parâmetros.

Referências

- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada:** Padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DENOON, Donald; HUDSON, Mark; McCOMARC, Gavan; et all (Org.). **Multicultural Japan:** Palaeolithic to Postmodern. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 2001.
- GOODMAN, Roger. “Making Majority Culture. In: ROBERTSON, Jennifer (ed.). **A Companion to the Anthropology of Japan.** Malden, USA: Blackwell, 2005, p. 59-72.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HOOK, D. Glenn; SIDDLE, Richard. (ed). **Japan and Okinawa:** Structure and Subjectivity. London/ New York: Routledge, 2003.
- HOTTA, Eri. **Pan-Asianism and Japan’s war (1931-1945).** New York (USA): Palgrave Macmillan, 2007
- LIE, John. Ruth Benedict’s legacy of shame: Orientalism and Occidentalism in the study of Japan. In: **Asian Journal of Social Sciences.** Vol. 29, n. 02, 2001, p. 149-161.
- MURPHY-SHIGEMATSU, Stephen. “Multiethnic Japan and the Monoethnic Mity”. In: **MELUS** (The Society for the Study of the Multi-Ethnic Literature of the United States). Vol. 18, n. 04, 1993, p. 63-80.
- MISHIMA, Kenichi. “Japan: Locked in the Discourse of National Uniqueness?”. **International Politics and Society.** Vol.1, 2000, p. 74-82. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2000-1/artmichima.pdf>. Acessado em: 28/06/2013.
- NARY, Ian. Burakumin in Contemporary Japan. In: WEINER, Michael (Ed.). **Japan’s minorities:** The illusion of homogeneity. New York: Routledge, 2009.
- ODA, Ernani. “Interpretações da "cultura japonesa" e seus reflexos no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: Vol. 26, n. 75, 2011, p. 103-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/06.pdf>. Acessado em: 02/07/2013.
- ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante:** Japão e modernidade-mundo. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PENCE, Canon. “Japanese only: Exclusion in Japan’s private sphere”. **New York International Law Review.** Vol. 101, 2007.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história italiana:** modo de uso. Londrina (PR): Eduel, 2012.
- SAALER, Sven; KOSCHMANN, Victor (Ed). **Pan-Asianism in modern Japanese History:** Colonialism, regionalism and borders. London, New York: Routledge, 2007.
- SAID, Edward. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SIDDLE, M. Richard. The Ainu: Indigenous people of Japan. In: WEINER, Michael (Ed.). **Japan’s minorities:** The illusion of homogeneity. New York: Routledge, 2009.
- TANJI, Miyume. **Myth, protest and struggle in Okinawa.** New York: Sheffield Centre for Japanese Studies/Routledge series, 2006.
- WEINER, Michael. **Race and Migration in imperial Japan.** London, New York: Routledge, 1994.
- WEINER, Michael; CHAPMAN, David (2009). Zainichi Koreans in History and Memory. In: WEINER, Michael (Ed.). **Japan’s minorities:** The illusion of homogeneity. New York: Routledge, 2009.